



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA
FACULDADE DE ETNODIVERSIDADE
CURSO DE ETNODESENVOLVIMENTO

ANTONIA MARIA MONTEIRO DA COSTA

MANEJO FLORESTAL DE AÇAIZAIS NATIVOS: economia e autonomia na
comunidade agroextrativista Sagrado Coração de Jesus, Muaná, Ilha do Marajó, Pará.

Muaná, PA

Fevereiro, 2019

ANTONIA MARIA MONTEIRO DA COSTA

MANEJO FLORESTAL DE AÇAIZAIS NATIVOS: economia e autonomia na comunidade agroextrativista Sagrado Coração de Jesus - Muaná - Ilha do Marajó – Pará.

Trabalho de conclusão do curso de Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento da Faculdade de Etnodiversidade do *Campus* Universitário de Altamira da Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Carla Giovana S. Rocha

Muaná – PA

Fevereiro, 2019

ANTONIA MARIA MONTEIRO DA COSTA

MANEJO FLORESTAL DE AÇAIZAIS NATIVOS: economia e autonomia na comunidade agroextrativista Sagrado Coração de Jesus - Muaná - Ilha do Marajó – Pará.

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento, pela Universidade Federal do Pará.

Data de aprovação: ____/____/____

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Carla Giovana S. Rocha
Orientadora - UFPA

Profa. Me. Ana Paula Souza Santos
Examinadora Interna - UFPA

Profa. Dra. Francilene Aguiar Parente
Examinadora Interna- UFPA

Aos meus pais,
Antonio Cunha (In memória) e Maria Raimunda.
A comunidade Sagrado Coração de Jesus.

AGRADECIMENTOS

À Deus, autor da vida, que em sua infinita misericórdia me permitiu percorrer o caminho que escolhi, por me dar forças e segurar em minhas mãos em todos os momentos de minha vida.

A minha mãe, Maria Raimunda, por todo apoio, amor, carinho e paciência ao longo desses anos da graduação.

Aos meus irmãos Águeda, Aida e Arminio, pelo carinho e desejo de boa sorte nessa caminhada.

Aos meus tios Ângelo e Valdinei, pelo amor, carinho e apoio que recebi de vocês no início deste trabalho.

A minha prima Ana Paula, por me acompanhar durante todas as pesquisas dos Tempos Comunitários, teu apoio, amor, carinho, compreensão e disponibilidade me fizeram acreditar que sempre podemos ser melhor a cada dia, muito obrigada.

A Professora Dr.^a Carla Rocha, minha orientadora de uma calma e docilidade admirável, pela sua paciência, dedicação, compromisso e por sua preciosa orientação neste trabalho, meu muito obrigada.

Ao professor Dr. Gustavo Moura, pelos conselhos, abraços, amizade, paciência, por ser este ser de luz, pessoa extraordinária que me deu o privilégio e a honra de fazer parte da minha vida nestes anos de graduação, para sempre estará em meu coração, meu muito obrigada.

A Faculdade de Etnodiversidade, por ter proporcionado formação acadêmica de nível superior para povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, que até pouco tempo esta realidade parecia remota.

A minha comunidade de pertença, Sagrado Coração de Jesus, por todo carinho, apoio e disponibilidade de seus membros em me acolher em suas residências e juntos trabalhamos na construção deste sonho, minha formação em nível superior.

Ao meu amigo Carlos Augusto Ramos, por seu apoio e valiosos conselhos que tomei para a vida, “o mundo é dos etnos”.

As amigas, Vânia e Rute, obrigada pelo carinho e amizade nestes anos de graduação.

Aos queridos amigos José Luiz, Trindade Assunção, Rejania Macedo, levarei para sempre o amor, carinho e apoio que recebi de vocês em meio a momentos turbulentos.

A Maria Francisca, minha companheira de morada dos três últimos períodos do curso, obrigada pelas conversas, paciência, amizade e companheirismo, te levarei para a vida.

A dona Cleonice, meu eterno carinho e amor por essa mulher guerreira, da qual tenho o imenso prazer de ter sua companhia, amor e amizade, eternamente agradecida a Deus por sua amizade.

A Adenilse, teu carinho e amor me deu folego em momentos difíceis, meu muito obrigada.

Aos amigos Josélio, José de Alencar, Reinaldo, José Hailton, os quais tenho imenso carinho, meu muito obrigada.

Aos amigos, Pe. Mateus Tavares, Marília Tavares e Marilande Paiva, vocês foram essências para meu ingresso no curso, meu muito obrigada.

Aos professores do curso de Etnodesenvolvimento, por toda dedicação, empenho, comprometimento em partilhar seus saberes e aos diversos professores colaboradores que contribuíram para que esse sonho se concretizasse, meu muito obrigada.

E agradeço a todos aqueles que contribuíram direta e indiretamente para a realização deste sonho.

Sabor açaí

E pra que tu foi plantado

E pra que tu foi plantada

Pra invadir a nossa mesa

E abastar a nossa casa...

És a planta que alimenta

A paixão do nosso povo...

(Nilson Chaves, 1991)

RESUMO

Este projeto será realizado na comunidade agroextrativista Sagrado Coração de Jesus, Muaná, Marajó, Pará, com vinte famílias da localidade e tem como propósito a realização do manejo florestal de açazais nativos, a partir do diálogo entre os saberes tradicionais e científicos. Com isso, a pretensão da proposta de manejo é buscar estender o período de safra, contribuindo para a estabilidade econômica a partir do aprimoramento da produção e comercialização do produto. Para a sua concretização este projeto será realizado em oito passos que obedecerá a uma ordem de atividades que passa desde a quantificação e identificação das famílias participantes, realização de oficinas sobre novas práticas de manejo até o evento final de encerramento do projeto e este terá como parceiros a Secretária Municipal de Agricultura e Abastecimento do Município de Muaná (SEMAGRI) e Associação de Pescadores e Agroextrativistas para o Desenvolvimento Rural Sustentável do Município de Muaná (ASPEAGRAM).

Palavras-chave: Manejo. Açazais Nativos. Comunidade Tradicional. Etnodesenvolvimento.

LISTA DE SIGLAS

ACS – Agente Comunitário de Saúde

ASPEAGRAM – Associação de Pescadores e Agroextrativistas para o Desenvolvimento Rural Sustentável do Município de Muaná

DAP – Diâmetro a Altura do Peito

PAE – Projeto de Assentamento Agroextrativista

SEMAGRI – Secretária Municipal de Agricultura e Abastecimento do Município de Muaná

TC – Tempo Comunidade

TU – Tempo Universidade

UFPA – Universidade Federal do Pará

Sumário

| | |
|--|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 10 |
| 2 ETNODESENVOLVIMENTO: AUTONOMIA DOS POVOS INDIGENAS, QUILOMBOLAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS | 13 |
| 3 LOCALIZAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ, DO MUNICÍPIO DE MUANÁ E DA COMUNIDADE SAGRADO CORAÇÃO | 15 |
| 3.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MUANÁ | 17 |
| 3.2 CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE AGROEXTRATIVISTA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS – MUANÁ – MARAJÓ – PARÁ..... | 21 |
| 4 PROBLEMÁTICA | 24 |
| 5 AS PRÁTICAS DE MANEJO DE AÇAIZAIS ADOTADAS PELAS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS E TÉCNICAS PARA INTENSIFICAÇÃO 25 | |
| 5.1 AS TÉCNICAS PARA INTENSIFICAÇÃO DO MANEJO EM ÁREAS DE AÇAIZAIS NATIVOS | 26 |
| 6. JUSTIFICATIVA | 30 |
| 7 OBJETIVOS | 32 |
| 7.1 OBJETIVOS GERAIS | 32 |
| 7.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS | 32 |
| 8 METAS | 32 |
| 9 METODOLOGIA | 33 |
| 10 FONTES DE FINANCIAMENTO | 36 |
| 11 CRONOGRAMA | 36 |
| 12 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 37 |
| 13 REFERÊNCIAS | 38 |

1 INTRODUÇÃO

O curso em Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento da Faculdade de Etnodiversidade da Universidade Federal do Pará (UFPA), no Campus de Altamira, que segundo Parente (2015), está inserido nas políticas de ação afirmativa. E a criação do curso se deu através de muita luta de grupos sociais, que estavam e ainda estão dispostos a lutarem por uma educação diferenciada, que seja para e no campo.

Segundo Faria (2015), o curso objetiva formar profissionais capazes de intervirem juntamente com o grupo de pertença em instâncias tanto internas quanto externas, como também no processo de elaboração de projetos que possam beneficiar as comunidades as quais os discentes pertençam. Ainda segundo Faria (2015) o curso é realizado em regime intervalar, nos meses de janeiro e fevereiro, julho e agosto, partindo do princípio da metodologia da pedagogia da alternância, com períodos letivos intensivos, organizados em momentos presenciais em sala de aula, denominado Tempo Universidade (TU) e momentos nas comunidades, chamado de Tempo Comunidade (TC), nas localidades às quais pertencem os discentes.

O curso é voltado para lideranças de povos indígenas e quilombolas, de representantes de comunidades tradicionais (extrativistas, ribeirinhos, pescadores, agricultores familiares), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimentos Negros. Durante o TC, os discentes retornam aos grupos de pertenças para realizar as atividades previamente planejadas de ensino, pesquisa e extensão, que são monitoradas pelos docentes da faculdade.

O presente trabalho de conclusão de curso (TCC), na modalidade projeto de intervenção, será realizado por mim, Antonia Costa, em minha comunidade de pertença, a comunidade tradicional Sagrado Coração de Jesus, localizada no Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Ilha Tangarazinho, no município de Muaná, Marajó, Pará. Para mim, pertencer a uma comunidade extrativista além de ser uma honra é aprender a cuidar e a preservar desde cedo os recursos naturais, praticar a sustentabilidade, saber desenvolver as atividades relacionadas ao extrativismo, ir em busca de melhoria de qualidade de vida, mas também ser extrativista não é somente extrair os produtos naturais, é ser alguém que lute em defesa de um povo por inúmeras vezes esquecido.

As comunidades tradicionais como todo, enfrentam inúmeras dificuldades em seu dia a dia, como a falta de políticas públicas que seja pensada para ser desenvolvida localmente, dificuldades no acesso a comunicação e saúde, entre outros. Hoje mesmo não morando na

comunidade a qual pertença, não deixo de ser extrativista por fatores citados anteriormente, o ingresso na faculdade me abriu um leque de oportunidades, um deles foi o incentivo de retornar a comunidade com o objetivo de levar os conhecimentos adquiridos ao longo do percurso acadêmico com intuito de ajudar no fortalecimento, desenvolvimento e valorização de minha comunidade de pertença, assim como criar alianças para o fortalecimento e autonomia de outras diversas comunidade existente na região.

E terá como principal objetivo realizar o manejo de açazais nativos com famílias da comunidade Sagrado Coração de Jesus a partir do diálogo entre os saberes tradicionais e científicos. Com isso, a pretensão da proposta de manejo é buscar estender o período de safra, contribuindo para a estabilidade econômica a partir do aprimoramento da produção e comercialização do produto.

Durante o quinto TC foi dado início a primeira etapa deste projeto, que foi decidir juntamente com os comunitários, qual é o projeto mais viável para ser executado na referida comunidade. A reunião realizada com os demais moradores para decidir a proposta do projeto se deu no dia 10 do mês de setembro de 2017, no barracão comunitário da igreja do Sagrado Coração de Jesus. Como discente do curso de Etnodesenvolvimento, apresentei o curso, sua pedagogia, a resolução que descreve o perfil do aluno formado em etnodesenvolvimento, para os que estavam presentes. Entre todas as propostas apresentadas (manejo de açazais nativos, horta medicinal comunitária e manejo de camarão da espécie *Macrobrachium amazonicum*), a proposta escolhida foi o manejo de açazais nativos, pelo fato que atualmente o maior potencial econômico da comunidade é a extração e comercialização do fruto do açáí.

Depois da apresentação das três propostas, foi pedido para que os presentes falassem quais seriam suas propostas ou se uma das apresentadas seria viável para a comunidade. O primeiro a se expressar foi o senhor Miguel Borges, ele não pertence à comunidade, mas estava presente no momento da reunião por causa da celebração do culto dominical que havia acontecido antes. Ele falou que estão sofrendo com a escassez do pescado, algumas pessoas da comunidade são funcionários públicos, mas quem não é, vive diretamente da extração do fruto do açáí (*Euterpe Oleracea*), então em seu ponto de vista, o manejo de açazais seria a melhor opção. Algumas das pessoas concordaram com ele. Em seguida quem se pronunciou foi o senhor José Roberto, o mesmo concordou com o Sr. Miguel Borges, e acrescentou que o açáí é o carro chefe da comunidade, então para ele seria mais viável o manejo de açazais nativos. Os demais presentes, os homens representados em números maiores, começaram a expor suas opiniões e rapidamente se chegou num acordo, que o manejo de açazais nativos é o projeto

escolhido para ser desenvolvido na comunidade. Tendo somente os votos contra das senhoras Selma, Cristina e Socorro, pois, elas queriam que a horta medicinal comunitária fosse implantada, e a senhora Selma se justificou dizendo que desde o tempo de seus avós que a medicina tradicional é usada na comunidade, no entanto, hoje em dia, as pessoas estão deixando de lado essa tradição e buscando somente a medicina ocidental e que a horta medicinal seria um estímulo a mais para as pessoas manterem ou voltarem a praticar esses costumes tradicionais. Apesar dos homens estarem em números maiores do que as mulheres e ter votos a favor da horta medicinal comunitária, todos os presentes na reunião sabiam da fundamental importância que o açaí tem para a comunidade. Com isso, chegar num consenso sobre o tema do projeto se tornou simplório. Apesar de na comunidade as atividades que envolvem o açaí ser praticado pelos homens, as mulheres terão seu papel no desenrolar das atividades planejadas para o manejo de açazais, pois o projeto visa trabalhar com todos os membros das famílias beneficiadas, então a participação na oficina e no dia de campo é fundamental, pois as mulheres terão os mesmos conhecimentos que serão repassados aos homens. No entanto, a participação das mulheres nas atividades será flexível, pelo fato da divisão das tarefas rotineira, como cuidar da casa e dos filhos ficar sobre a responsabilidade da força feminina, enquanto que aos homens, de certo modo ficam isento desta tarefa, principalmente no que diz respeito ao cuidar da casa.

E com isso, foi encerrada a reunião, ficando decidido o manejo florestal de açazais nativos: economia e autonomia na comunidade extrativista Sagrado Coração de Jesus, Muaná, Ilha do Marajó, Pará.

Os representantes da Associação de Pescadores e Agroextrativistas para o Desenvolvimento Rural Sustentável do Município de Muaná (ASPEAGRAM) não se fizeram presentes na reunião, por isso, não foi possível estabelecer diálogo neste momento. No entanto, em conversa posterior, o seu presidente se colocou à disposição para diálogos e parceria.

Estes temas surgiram a partir das observações e entrevistas feitas durante os TCs. A sugestão da horta medicinal se deu devido ao pouco uso da medicina tradicional na comunidade e a preocupação de que essa prática seja esquecida ou deixada em desuso, visto que a medicina ocidental vem ocupando o espaço que antes era inteiramente ocupada pela medicina tradicional. A pesca do camarão é a segunda atividade extrativa que representa economia para a comunidade, porém, está entrando em colapso e o projeto que objetivasse o manejo desse crustáceo, é válido, pois o camarão, além de ser fonte de alimento, é a segunda atividade

extrativista da economia dos moradores locais. E o manejo de açazais nativos, como disse Nilson Chaves (1991) em sua canção “*és a planta que alimenta a paixão de nosso povo*”, alimenta a paixão cultural, tradicional e simbólica, além de ver uma oportunidade de desenvolver suas potencialidades transformando diariamente esse fruto em economia. Além de ser costume ter o açáí para acompanhar as refeições diárias, em alguns casos, o suco do açáí é a refeição de várias famílias em estado de vulnerabilidade econômica, e a renda obtida com a venda do fruto dá esperança e uma condição de vida estável para os produtores e comerciantes desse fruto.

Levando em consideração os dados obtidos durante as pesquisas dos TCs realizadas com os moradores locais, detentores de conhecimentos tradicionais, já se teve um norte para a realização dos objetivos propostos neste projeto, além disso, foi feito levantamento bibliográfico de autores que já escreveram e vivenciaram experiências ou/e trabalham com o tema abordado, que segundo Vergara (2000) este método é caracterizado pelo estudo e análise com base em publicação de livros, revistas, jornais, sites, ou seja, todo material que se pode ter acesso.

O presente projeto terá como principais agentes de etnodesenvolvimento os moradores locais, com parcerias firmadas com a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento do Município de Muaná (SEMAGRI) e a ASPEAGRAM. Este processo de discussão e implementação de ações tem como pressuposto o conceito de etnodesenvolvimento, a ser apresentado no próximo tópico.

2 ETNODESENVOLVIMENTO: AUTONOMIA DOS POVOS INDIGENAS, QUILOMBOLAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Para muitas pessoas quando se fala em etnodesenvolvimento vem à cabeça várias interrogações, sendo uma delas “o que é isso?”.

Verdum (2002) explica que a principal discussão sobre etnodesenvolvimento surgiu em 1981, na cidade de San Jose da Costa Rica, no debate Latino Americano, que teve como fruto a elaboração da “Declaracion de San Jose sobre etnodesarrollo y etnocídio em América Latina”. Neste evento estavam reunidos especialistas (academia, povos indígenas, comunidades tradicionais, entidades governamentais e não governamentais) sobre o tema, no questionamento aos modelos desenvolvimentistas e etnocidas que afetam os povos indígenas e as comunidades

tradicionais, tendo-as como obstáculos para o dito desenvolvimento. A partir daí o debate sobre etnodesenvolvimento se difundiu mundo afora. Na declaração de San Jose o etnocídio significa “que a un grupo étnico, colectiva o individualmente, se le niega su derecho de disfrutar, desarrollar y transmitir su propia cultura y su propia lengua” (VERDUM, 2002). Para os povos indígenas e comunidades tradicionais, o não transmitir sua própria cultura e sua língua significa o apagamento ou mais diretamente, a morte de seu povo, além da violação da declaração universal dos direitos humanos.

Na declaração de San Jose, foi afirmado que “el etnodesarrollo es un derecho inalienable de los grupos índios”, e se entende por etnodesenvolvimento:

la ampliación y consolidación de los ámbitos de cultura propia, mediante el fortalecimiento de la capacidad autónoma de decisión de una sociedad culturalmente diferenciada para guiar su propio desarrollo y el ejercicio de la autodeterminación, cualquiera que sea el nivel que considere, e implican una organización equitativa y propia del poder. Esto significa que el grupo étnico es unidad político-administrativa con autoridad sobre su propio territorio y capacidad de decisión en los ámbitos que constituyen su proyecto de desarrollo dentro de un proceso de creciente autonomía y autogestión. (ARAVENA, 1982. p. 24)

Com isso pode-se afirmar que os povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais é uma unidade político administrativa com autonomia sobre seu território, fazendo enfrentamento aos modelos desenvolvimentista que agridem sua vida e toda sua cosmovisão. O desenvolvimento que estes povos e comunidades buscam é de acordo com seus interesses e objetivos locais, sempre buscando viver em harmonia com a natureza, usufruir sem destruir.

Tendo o acesso a posse da terra, fazem uso para sua sobrevivência, porém, para estes povos e comunidades o uso a terra vai além de sua utilização como forma de sobrevivência, envolve todo o aspecto físico e espiritual, como também consta na Declaração de San Jose.

Para los pueblos indios la tierra no es sólo un objeto de posesión y de producción. Constituye la base de su existencia en los aspectos físico y espiritual en tanto que entidad autónoma. El espacio territorial es el fundamento y la razón de su relación con el universo y el sustento de su cosmovisión. (ARAVENA, 1982. p. 24).

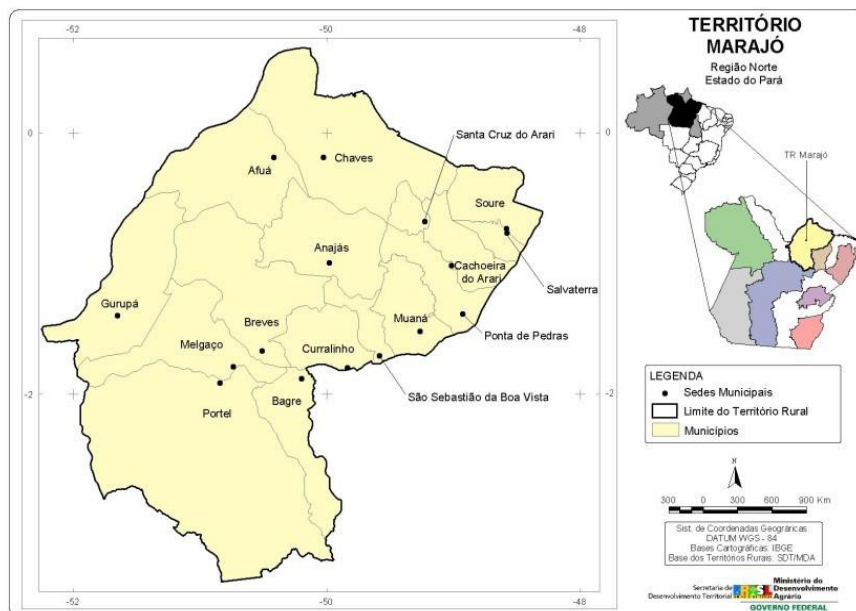
Partindo deste princípio, sabendo da estreita ligação que os povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais têm com seu território, com o uso da terra e fazendo enfrentamento aos modelos hegemônicos, o público beneficiado com o projeto de manejo de açaiçais nativos, é protagonista e tem autonomia na tomada de decisão no que tange a escolha da proposta e o desenrolar de todas as etapas previstas para serem executadas.

E para o etnodesenvolvimento ser de fato a pilastra de todo o processo da construção deste projeto, a comunidade teve autonomia para dialogar e decidir de acordo com suas necessidades quando e como este projeto será desenvolvido, passando pelo planejamento das ações a serem desenvolvidas; a construção do calendário das atividades, respeitando as demais atividades locais e sua religiosidade. E no que se refere às novas técnicas de manejo que constam neste projeto para serem implementadas, serão adequadas conforme a necessidade e objetivo do público beneficiado. A comunidade e os parceiros estarão juntos desde as etapas iniciais. Sendo que os comunitários mostram seu saber tradicional sobre o manejo de açai, assim como os parceiros levam os conhecimentos científicos adquiridos na academia para serem dialogados com a comunidade. Desse modo o saber científico não vai ser maior e nem menor, este será dialogado com o conhecimento local e terá o peso certo para a autonomia e fortalecimento da comunidade.

3 LOCALIZAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ, DO MUNICÍPIO DE MUANÁ E DA COMUNIDADE SAGRADO CORAÇÃO

Segundo o Grupo Executivo do Estado do Pará (2007), Marajó, em tupi significa barreira do mar e está situado no estado do Pará. Constitui-se numa das mais ricas regiões do país, no que diz respeito aos recursos hídricos e biológicos. O arquipélago é formado por um conjunto de ilhas que juntas formam a maior ilha flúvio-marítima do mundo, com uma área de 49.606 Km². O arquipélago é composto de dezesseis municípios que formam a mesorregião geográfica do Marajó. A mesorregião é dividida em três microrregiões geográficas: a do Arari, com os municípios de Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra e Soure; Furos de Breves, com os municípios de Afuá, Anajás, Breves, Currálinho e São Sebastião da Boa Vista; Portel, com os municípios de Bagre, Gurupá, Melgaço e Portel. Os municípios que compõem a microrregião do Arari e dos furos de Breves estão inseridos dentro da ilha, e os municípios da microrregião de Portel, estão no arquipélago.

Figura 01 - Mapa do território do Marajó



Fonte: SDT/MDA: 2010.

De acordo com o Grupo Executivo do Estado Do Pará (2007), desde o período colonial, a região Amazônica integrou-se ao mercado mundial como frente de exploração mercantil. A evolução socioeconômica da mesorregião do Marajó processou-se de forma cíclica, com sucessivas fases de prosperidade e depressão, baseadas principalmente no comportamento da pecuária e do extrativismo. Sendo o arquipélago do Marajó uma região rica em produtos naturais, a economia marajoara se baseava na exploração e coleta de produtos, como a da coleta da borracha, da castanha do Pará, do timbó, da madeira e da pesca, somente a agricultura era desenvolvida como atividade exclusiva para o consumo da população local. As populações eram completamente dependentes das atividades extrativistas e isso determinou a localização desse povo, que contavam com mais de 200 habitantes, os quais se dispersavam durante a safra da borracha, as habitações, localizavam-se geralmente nas confluências dos rios e igarapés. Com o fim do ciclo da borracha muitos desses trabalhadores se fixaram nesses locais, dando início as comunidades e assentamentos que conhecemos hoje.

No levantamento feito pelo Grupo Executivo do Estado Do Pará (2007), diz que nos dias atuais, a população que descende dos povos indígenas e negros, os quais foram os ascendentes da atual população, luta para permanecer em seus territórios ocupados centenariamente. Os ribeirinhos, extrativistas e pescadores se distribuem ao longo dos rios,

igarapés e praias presentes no arquipélago. A produção extrativa e os recursos tecnológicos disponíveis conferem à dinâmica da natureza local, o papel de forte determinante em sua vida e trabalho. As atividades econômicas dessa população se caracterizam pela extração de madeiras, do açaí (fruto e palmito), da pesca de peixes e camarões, e pela produção de produtos agrícolas voltados principalmente para o consumo familiar (milho, melancia, arroz, abacaxi, banana etc.).

A mesorregião de Marajó compreende seis unidades federais, com uma área total de 726.653 hectares, correspondentes a 7% da área total do Arquipélago. Todas estão incluídas no grupo de Unidade de Conservação de Uso Sustentável (UCs), que tem o objetivo de compatibilizar a conservação da natureza com a exploração sustentável de parcela dos recursos naturais.

Segundo o Grupo Executivo do Estado Do Pará (2007), existe na mesorregião do Marajó, territórios de uso coletivo, como a Floresta Nacional; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; Reservas Extrativistas (RESEXs). Além dos Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAEs), que é uma modalidade de projeto que se afirma como opção natural para as áreas dotadas de riquezas extrativistas, de modo particular na Amazônia e ou em áreas que necessitam de uma proteção especial. Os PAEs são modalidades de assentamentos que tem o foco principal nas especificidades ecológicas que possa contribuir com o desenvolvimento das atividades extrativistas, para que as populações que possam morar nestas localidades tenham um modo de vida autossustentável, sem interferir sobre os ecossistemas em uso e assegurando a manutenção das condições naturais neles predominante.

Ainda de acordo com o Grupo Executivo do Estado do Pará (2007), no arquipélago do Marajó, no ano de 2006, foram criados 35 PAEs, divididos em 08 municípios, com um total de 138.931,272 há para atender 2.653 tradicionais, sendo que 2.363 famílias contam na Relação de Beneficiários (RB), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)/SR (01)/Belém – PA, sendo que no município de Muaná, existem 17 PAEs.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MUANÁ

A sede do município de Muaná, conhecida como “a flor do Marajó”, está situada à margem direita do rio do mesmo nome, a uma latitude 01°31’42’’ sul e longitude 49°13’00’’ oeste; está a uma altitude de 22 metros do nível do mar. O município integra a microrregião do Arari, como já informado.

De acordo com Cabral (2013) Muaná teve sua origem a partir de uma fazenda que posteriormente se transformara em povoado até ser elevada à categoria de Freguesia, com o nome de São Francisco de Paula, em 1757. Entre 10 e 17 de maio de 1833, o Conselho da Província do Pará eleva-a categoria de Vila. O Decreto nº 147 de 07 de maio de 1890 criou a comarca de Muaná, sendo elevada à categoria de cidade pela Lei nº 324, de 6 de julho de 1895, durante o governo de Lauro Sodré, e com sua instalação solene em 7 de setembro de 1922.

O município possui 3.765,5 km² de extensão, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Sua população era de 34.204 mil habitantes, com uma estimativa para o ano de 2017 de 39.231 mil habitantes. Ainda de acordo com o IBGE (2010) o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) municipal é de 0,563, e tem o 7º lugar na soma total do Produto Interno Bruto (PIB) da região do Marajó.

Segundo Cabral (2013) o território foi instituído da área correspondente ao município de São Sebastião da Boa Vista, após a revogação pela Lei nº 1.116, de 03 de novembro de 1922. Os Decretos nº 6, de 3 de novembro de 1930, e nº 72, do mês seguinte, entretanto, mantiveram a área patrimonial de Muaná, permanecendo constituído somente pelo distrito-sede. Faziam parte do município de Muaná, na condição de distrito, as localidades de Atatá, Florentino Frade, Santa Bárbara e São Sebastião da Boa Vista. Mas, para atender o Decreto-Lei nº 3.131, de 31 de outubro de 1938, houve uma divisão territorial, a qual vigorou no período de 1939-43, extinguindo os distritos de Atatá, Florentino Frade, Pracuúba e Santa Barbara, sendo que este último foi anexado como zona ao distrito-sede de Muaná, que, por sua vez, perdeu a zona de Pracuúba, transferida para o distrito de São Sebastião da Boa Vista. Logo após, em cumprimento ao Decreto-Lei nº 4.505, de 30 de dezembro de 1943, que eleva o então distrito de São Sebastião da Boa Vista à categoria de município, e conseqüentemente, Muaná perde também o distrito de mesmo nome, como parte de seu território, ficando incorporada a zona de Pracuúba à Muaná. Com a divisão territorial fixada para vigorar no período de 1944-48, o município de Muaná passa a ser constituído apenas pelo distrito-sede.

Ainda de acordo com Cabral (2013) em 31 de dezembro de 1948 é aprovada a lei estadual nº 158, que instituiu a criação do distrito de São Francisco do Jararaca com território desmembrado do distrito de São Miguel do Pracuúba, e vinculado ao município de Muaná, vale ressaltar que nesta época o distrito de São Miguel pertencia ao município de São Sebastião da Boa Vista. Atualmente o município de Muaná em divisão territorial está constituído por quatro distritos: São Miguel do Pracuúba, São Francisco do Jararaca, Vila Ponta Negra e Muaná-sede. Com limites ao Norte com o município de Anajás; ao Sul com o município de Limoeiro do

Ajuru; a Leste com o município de Ponta de Pedras; a Oeste com os municípios de São Sebastião da Boa Vista.

De acordo com estudo feito para o Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó pelo Grupo Executivo do Estado Do Pará (2007), a região possui ecossistemas de florestas de várzea, igapó, terra firme e campos naturais, o que influenciam fortemente a forma de ocupação do território e o desenvolvimento das atividades econômicas. Em área de várzea (Figura 2), a economia está baseada no extrativismo do açaí, palmito, pesca do camarão e do peixe.

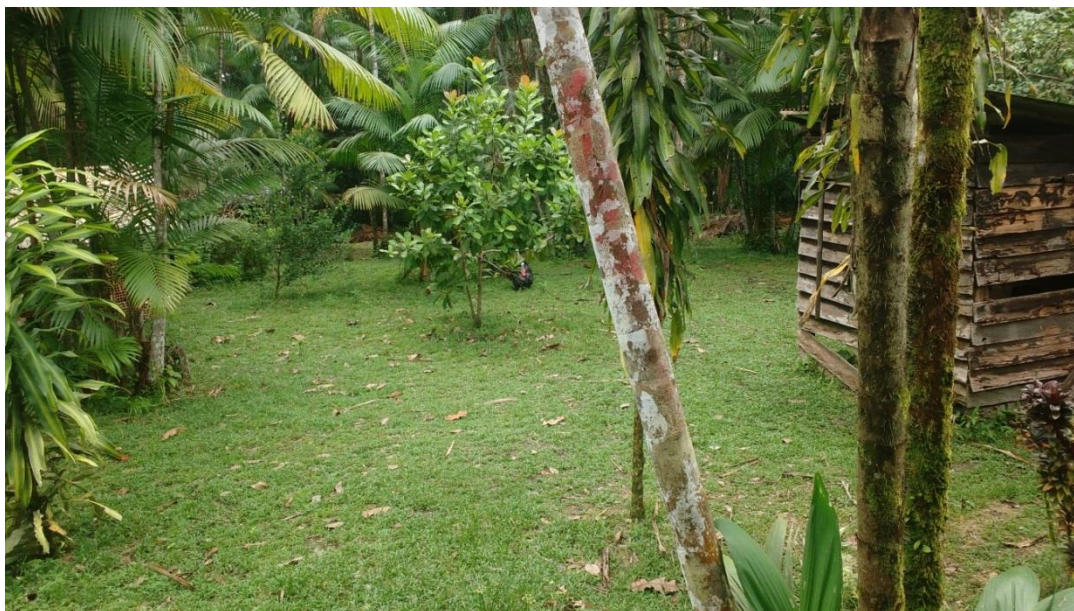
Figura 02 - Área de várzea



Fonte: Antonia Costa (2018)

Em zona de terra firme (Figura 3), as atividades se baseiam nas práticas do extrativismo do açaí, bacaba, bacuri, assim como, o cultivo de mandioca, banana, cupuaçu, palmito, abacaxi, entre outros.

Figura 03 - Área de terra firme



Fonte: Antonia Costa (2018)

Em campos naturais (Figura 4), a produção é voltada para a pecuária bovina, com pouca presença de outros cultivos.

Figura 04 - Área de campos naturais



Fonte: Elivaldo Albuquerque (2018)

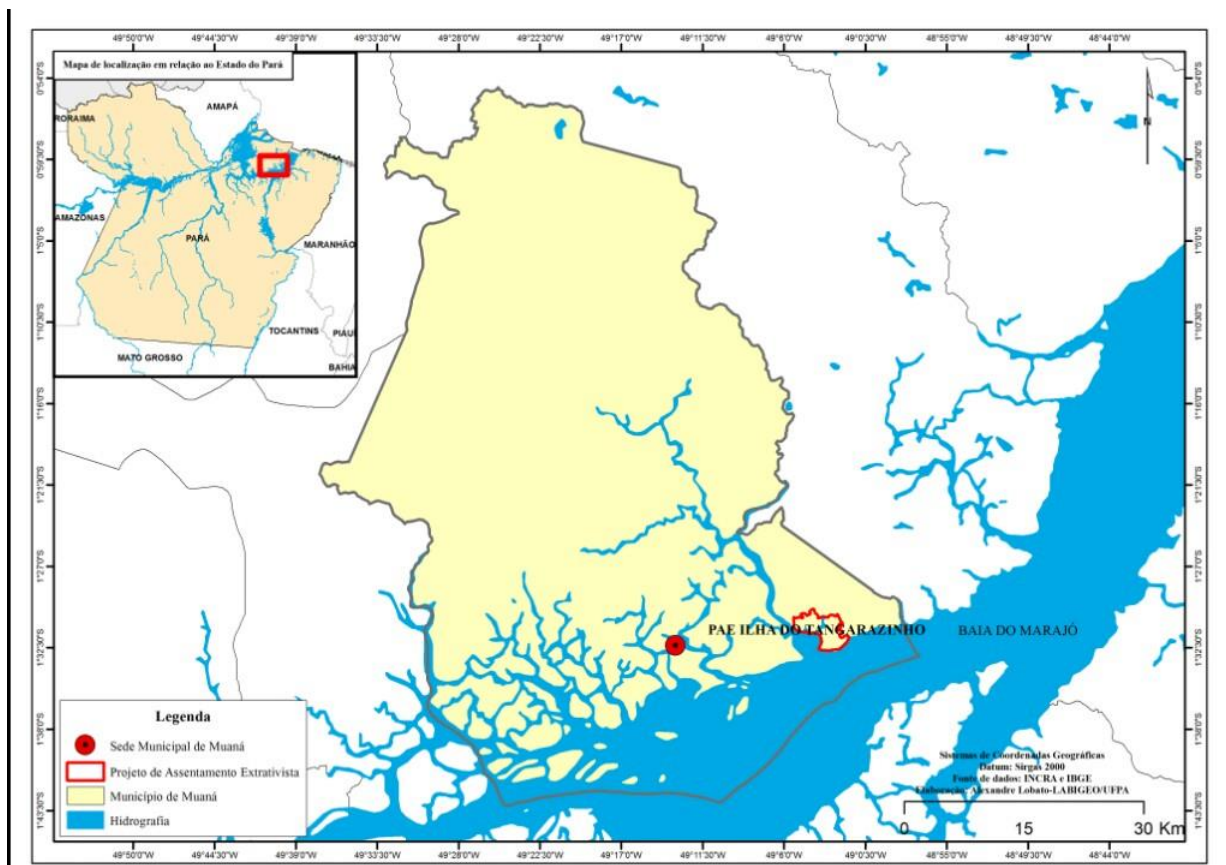
A Prefeitura de Muaná contrata em pequena escala para cargos públicos como: agente comunitário de saúde (ACS), agente administrativo, professor, gari, enfermeiro, motorista,

banqueiro, vigia, etc. Há também outros meios de trabalho, como nas indústrias de palmito, setor oleiro-cerâmico e comércios.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE AGROEXTRATIVISTA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS – MUANÁ – MARAJÓ – PARÁ

O PAE Ilha Tangarazinho que está sobre o domínio da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), foi criado por meio da Portaria nº 106, de 31 de dezembro de 2008. É um dos 17 assentamentos agroextrativistas da reforma agrária existentes no município de Muaná e está localizada as margens da Baía do Marajó, na foz do rio Atuaá, com uma distancia aproximada de 50 minutos de barco motorizado da sede do município.

Figura 05 - Mapa da localização da comunidade Sagrado Coração de Jesus, Marajó, Pará



Neste assentamento está localizada a comunidade extrativista Sagrado Coração de Jesus, que segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) de 2016, possui uma área de 1.880,2527 hectares, onde moram aproximadamente 82 famílias. Entretanto, em dados levantados durante as pesquisas dos TCs, foi possível constatar que 48 famílias moram na localidade (COSTA, 2016). Essas famílias são pertencentes às comunidades tradicionais,

onde o artigo 3º do Decreto nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007, o qual institui a Política Nacional dos Povos e Comunidades tradicionais (PNPCTS), define que:

Povos e Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007)

Segundo relatos obtidos durante os TCs, há duas versões para a formação da comunidade Sagrado Coração de Jesus. Uma delas consta que nos anos de 1930, o senhor João Luiz Pereira detinha a maior parte das terras da localidade, terras estas que se chamava Ribeiro. Este senhor, foi casado por duas vezes, no primeiro casamento teve dois filhos e do segundo casamento nasceram dez filhos, mas somente oito sobreviveram. Antes de morrer e com os filhos adultos, ele dividiu como herança as terras entre eles, sendo que metade do território ficou para os dois filhos do primeiro casamento e a outra metade foi dividida entre os filhos do segundo casamento. Com o passar do tempo, os novos donos casaram e tiveram filhos, que conseqüentemente se repetiu o mesmo processo com os filhos, e as terras iam sendo divididas com os novos donos. Alguns venderam suas propriedades para pessoas de outras localidades e com isso a localidade tornou-se populosa.

A outra versão da história, conta que a área que hoje é a comunidade Sagrado Coração de Jesus foi ocupada por volta da década de 1890 pelas famílias que chegaram de outras comunidades e até mesmo do município de Abaetetuba, para trabalharem no Engenho Palheta, que está localizado na comunidade Nossa Senhora da Penha, PAE Ilha Palheta. Neste engenho, trabalhavam os escravizados¹ e homens livres do antigo engenho, do século XIX, de produção de álcool, cachaça e açúcar (Francisca da Costa Conceição, moradora da Vila Palheta de 80 anos, 2017, comunicação verbal). O então dono do engenho tomou posse das propriedades vizinhas, as quais não tinham donos legais, e para ser cultivadas estas grandes áreas, ele concedia alguns metros quadrados para seus trabalhadores morarem com suas famílias, com a intenção de encurtar o tempo que levaria para o deslocamento do engenho até as áreas de cultivos. Com a constante troca de senhores do engenho e a decadência do mesmo, estes moradores permaneceram nestes locais.

¹ Sobre a existência de trabalho escravo, muitos afirmam que era inexistente, embora muitos outros afirmarem com convicção que existia escravidão na localidade.

Ainda segundo Francisca da Costa Conceição, no tempo dos senhores do engenho, havia certa rigidez em relação à conservação de parte das áreas de matas nativas e a fauna e também sobre os recursos pesqueiros. Estes recursos não poderiam ser tocados em hipótese alguma, com isso, estas áreas ricas em biodiversidade atraíram olhares de pessoas de outros lugares do município, e a partir daí, o crescimento populacional nestas localidades deu um grande salto, através de casamentos, nascimentos, chegada de novos moradores, surgindo desse modo a formação de novas comunidades tradicionais, como foi o caso da comunidade Sagrado Coração de Jesus, que leva este nome devido a forte influência da igreja católica na região. Porém, com a intensa exploração, houve um colapso destes recursos, e hoje a comunidade alvo do projeto, como as demais, que se formaram no mesmo período não mais disponibiliza a diversidade dos recursos naturais, como outrora.

Com o recurso madeireiro esgotado e o recurso pesqueiro entrando em colapso, o olhar se voltou para a extração do açaí, e isso se deu não somente nesta comunidade, como no município de Muaná como um todo. A partir de então, o açaizal que há anos estava nas propriedades, intactos, passou a ser fonte de renda e representar segurança alimentar. Com duas versões diferentes da história, não se pode afirmar com certeza como ao certo esta localidade se tornou populosa.

A fonte de renda da localidade baseia-se na pesca do camarão e de peixes (este último é dificilmente comercializado), cultivo e manejo de açaizais nativos, sendo este último o principal responsável por movimentar os recursos financeiros da comunidade. Todos os moradores dependem em seu dia a dia do fruto do açaí, tanto para consumo humano quanto para consumo animal e para a comercialização. A pesca do camarão é realizada no período da safra, que varia entre os meses de março a maio e no mês de setembro, sendo que nos períodos de entressafra as famílias ficam com a renda e fonte de alimento mais reduzidas ainda, pois além da comercialização, esta atividade tem por finalidade garantir a segurança alimentar das famílias.

A comunidade constituiu a Associação de Pescadores e Agroextrativista para o Desenvolvimento Rural Sustentável do município de Muaná (ASPEAGRAM), inscrita sob o CNPJ 08.264638/0001-4, fundada em 22 de novembro de 2005, tem sua sede no rio Tangarazinho, foz do rio Atua, em Muaná. É uma entidade civil sem fins lucrativos que surgiu do processo de organização dos trabalhadores rurais, pescadores, ribeirinhos e extrativistas e rege-se pelos valores do associativismo, da solidariedade e pelas disposições legais, pelas diretrizes administrativas de sua Diretoria. Hoje desenvolve atividades de articulação de busca

de políticas públicas voltadas ao fortalecimento e a realidade da comunidade Sagrado Coração de Jesus. A sua diretoria está formada pelo seu presidente, vice-presidente, primeira secretária e primeiro tesoureiro, como discriminado no quadro 1.

Quadro 01 - Nomes dos componentes da diretoria da ASPEAGRAM

| Composição da diretoria da ASPEAGRAM | |
|---|---------------------|
| Nome | Cargo |
| Ângelo da Cunha Costa | Presidente |
| Félix Mendes Alves | Vice-presidente |
| Rafaela Pereira Soares de Nazaré | Primeira secretária |
| Jonilson Martins de Nazaré | Primeiro tesoureiro |

Fonte: Própria autora

Esta associação trabalha juntamente com seus associados em busca de políticas públicas voltadas para a realidade da comunidade e será parceiro do projeto de manejo de açazais nativos a ser implementado na comunidade.

4 PROBLEMÁTICA

A relação e dependência direta com os açazais nativos começaram há pouco mais de duas décadas. Antes a população da comunidade vivia da pesca do peixe e camarão, comercialização do azeite de andiroba, amêndoas do cacau, comercialização da madeira, entre outras. Porém, com o recurso madeireiro esgotado e o pesqueiro entrando em colapso, a atividade extrativa volta-se para o cultivo dos açazais nativos.

No início foi observado que na região o açáí tem um período de safra e um período de entressafra. No período da safra, os comunitários tinham somente a preocupação de colher o fruto e na entressafra deixava o açazal concluir seu ciclo para novamente no período indicado, voltar a produzir. Porém, com a passar do tempo, houve a necessidade de intervir nas áreas de cultivo, com o intuito de melhorar os resultados e também prolongar o período da safra, tendo em vista que a economia extrativista local se baseia na comercialização do fruto do açáí. Porém, algumas destas intenções são aplicadas de maneira não tão adequadas, como por exemplo, a perda da diversidade nativa, sendo elas de valor econômico ou não e com esta prática caminha para um monocultivo. Isso implica no afastamento de passarinhos e outras espécies que colaboraram para a polinização das flores e até mesmo para o semeio aleatório dos caroços de açáí através da alimentação destas espécies e o descarte dos caroços. Ao passar dos

anos, os próprios comunitários notaram que em algumas áreas o açazal não produzia tão bem como outrora, com isso o caso foi investigado e se percebeu que uma das técnicas aplicadas erroneamente é a retirada das espécies nativas e também, em alguns casos, das matas ciliares, as quais são essenciais para evitar a queda dos barrancos, devido a influência das marés. Com isso, umas das soluções para este problema é manejar o açazal de forma adequada, a fim de deixar árvores que são essenciais para a manutenção da biodiversidade e conservar as matas ciliares.

5 AS PRÁTICAS DE MANEJO DE AÇAIZAIS ADOTADAS PELAS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS E TÉCNICAS PARA INTENSIFICAÇÃO

Observar-se que as práticas adotadas pelos comunitários para manejar o açazal nativo são: **a)** a roçagem das áreas: retirada de matos e cipós; **b)** o desbaste das touceiras: retirada das árvores mais finas e velhas, ou seja, aquelas que estão com baixa produtividade, deixando até cinco açazeiros por touceira; esta prática é comum a todos os moradores.

Os comunitários trabalham somente com açazal nativo. Nas áreas de manejo, não existe padronização de espaçamento entre touceiras, dado que são áreas de várzea com açazais nativos. Por isso, não existe simetria entre as distâncias das touceiras. Raro são os casos que são realizados o plantio de mudas novas de palmeiras, então na maioria das vezes a renovação se dá de forma natural.

Geralmente somente parte da posse é destinada à produção de açáí. Nestas áreas são retiradas quase todas as outras espécies de árvores nativas, prática que leva à perda de biodiversidade e caminha para o monocultivo. Algumas espécies como a seringueira (*Hevea brasiliensis*), andirobeira (*Carapa guianensis*) e o buritizeiro (*Mauritia flexuosa*) são mantidas. Os comunitários relatam que em suas experiências e práticas, os açazais precisam da luz do sol para se desenvolver, para isso é necessário fazer o raleamento da mata, retirando algumas espécies nativas, para assim haver a entrada da luz solar com mais facilidade. Com este método, a adubação do solo fica a cargo das folhas dos próprios açazeiros e das poucas espécies que restaram nestas áreas.

Por não visarem grande renda com a venda dos excedentes, os produtores não se preocupam em quantificar a produção colhida durante uma safra² ou a quantia que determinados metros quadros ou hectares produzem.

Como se pode observar, algumas técnicas são aplicadas para manejar o açaizal, porém, para de fato estender o período de safra do açaí, de meados do mês de agosto até meados do mês de dezembro, para meados do mês de agosto até meados do mês de março, como visa o projeto, se faz necessário a intensificação destas práticas de manejo.

5.1 AS TÉCNICAS PARA INTENSIFICAÇÃO DO MANEJO EM ÁREAS DE AÇAIZAIS NATIVOS

Para se alcançar o objetivo do projeto e ter os resultados esperados de estender o período da safra de produção do fruto do açaí nativo, se faz necessário o experimento de novas técnicas que já foram estudadas, implantadas e avaliadas em diversos lugares da Amazônia e tiveram sucesso.

Queiroz e Mochiutti (2012); Calzavara, et al (1995), ; Reis, et al (s/d), ; Azevedo (2005) apontam em seus estudos que intensificar as técnicas de manejo nos açaizais nativos resultam no aumento e qualidade da produção do açaí. Estas técnicas incluem: o controle do número de touceiras e de estipes por touceiras; a combinação adequada de outras espécies nativas; o desbaste de estipes altos e com pouca ou nenhuma produção; sombreamento e a limpeza de área. Ter a combinação adequada de árvores de outras espécies e de açaí é essencial, pois, além de manter a diversidade florestal irá ter como resultado um açaizal com uma alta produtividade e qualidade.

O passo a passo dessas técnicas é simples e todo o trabalho se dá de forma manual. Se o território a ser manejado for extenso é recomendado que seja feito o trabalho em forma de mutirão³, que além de não ter custo financeiro, fortalece os laços de amizade e coletividade. O primeiro passo a ser dado é realizar a limpeza dos açaizais, caso for necessário, que consiste em fazer a limpeza da área, por meio da roçagem e eliminação de cipós. Azevedo (2005, p. 58) observa que este trabalho é para abrir caminho e facilitar a colheita do fruto e Calzavara et al

² Período da colheita do fruto

³ O mutirão na comunidade se dá através de grupo de homens com até dez pessoas para a realização de alguma atividade, como construção de casas ou barracão para criação de animais de pequeno porte e/ou limpeza de açaizais e outra área a ser cultivada, seja ela em prol do coletivo ou voltado para alguma unidade familiar. Esta organização geralmente se dá através das pessoas mais próximas afetivamente ou com aquelas que têm laço de parentesco. Este trabalho tem dia e horários definidos anteriormente por todos os participantes, geralmente é realizado durante o final de semana, para não prejudicar outras atividades dos participantes. A alimentação para os trabalhadores é oferecida pelo dono do trabalho e fica a cargo das mulheres o preparo deste alimento.

(1995, p. 25) recomendam que esta etapa deve ser feita no período de ausência de chuvas. A demarcação dos blocos das áreas a ser manejada é o segundo passo a ser dado, nesta etapa, Queiroz e Mochiutti (2012, p. 17) orientam que devem realizar a demarcação de um bloco com tamanho de 40 x 25 metros, pois esta demarcação facilitará o inventário florestal, a seleção e distribuição das espécies que serão retiradas. Este processo se repete ao longo do restante da área a ser manejada. Para realizar a demarcação, é necessário o uso de uma corda de 40 metros e três cordas de 25 metros. A corda de 40 metros deverá ser esticada na forma horizontal e as três cordas de 25 metros, deveram ser esticadas na transversal, uma em cada ponta e a outra no meio, da corda horizontal.

A terceira etapa é o que Queiroz e Mochiutti (2012, p. 18) nomeiam de classificação das árvores e palmeiras. Este método consiste em medir os troncos das árvores existentes na área, com uma fita métrica, esta medida deverá ser feita a 1,30 de altura e com diâmetro a altura peito (DAP), conforme mostra a classificação descrita no quadro 03.

Quadro 03 - Medidas da classificação de árvores e palmeiras

| Árvores | DAP |
|----------------|-------------------------------------|
| Grossas | Maiores que 140 centímetros de roda |
| Médias | Entre 60 e 140 centímetros de roda |
| Finas | Entre 15 e 60 centímetros de roda |

As palmeiras, como o buritizeiro, buçuzeiro, andirobeira e todas as outras existentes, deverão somente ser contadas e classificadas como jovens, que são aquelas que ainda não produzem frutos e como adultas: que são aquelas que estão a produzir. Todas estas observações deverão ser feitas na ficha de anotações.

A seleção das árvores e palmeiras ou inventário florestal é o próximo passo a ser dado. Nesta etapa, segundo Queiroz e Mochiutti (2012, p. 20-23) é necessário identificar e quantificar as palmeiras jovens e adultas, contar o número de touceiras de açazeiros, número de estipes por touceiras, classificando-os em adultos, jovens e rebrotações. Nesses blocos, além dos açazeiros, seleciona-se 25 árvores bem distribuídas espacialmente, com até 5 palmeiras (2 adultas e 3 jovens) e de até 20 árvores folhosas (4 grossas, 4 médias e 12 finas). As demais plantas devem ser eliminadas: árvores finas e palmeiras devem ser cortadas; árvores grossas e médias aneladas e árvores madeiráveis com diâmetro adequado para serraria devem ser aproveitadas.

Para a manutenção da biodiversidade local, é essencial manter ao menos uma árvore de cada espécie. Os autores também enfatizam que na seleção é imprescindível retirar os

açazeiros muito altos, finos, tortos e de baixa produção de frutos, além da necessidade de fazer roçagem anual da regeneração da vegetação concorrente e limpezas periódicas das touceiras. É necessário que se deixe as rebrotações, em número suficiente para substituir os açazeiros adultos que alcançarem a altura de corte.

Com o intervalo de tempo, de três a quatro anos, os açazeiros altos, acima de 12 metros de altura, devem ser cortados com o objetivo de manter o açazal baixo e produtivo.

Se na área de manejo, for necessária a derrubada de árvores médias e grossas, é recomendável aplicar a técnica do anelamento, que consiste na retirada da casca das árvores numa faixa que envolva toda a roda do tronco, numa largura variável, dependendo da espécie. Mas é preciso se atentar para o fato dos resultados serem diferente de espécie para espécie, para isso, as árvores aneladas precisam ser monitoradas e se necessário repetir o processo de anelamento até surtir o efeito esperado.

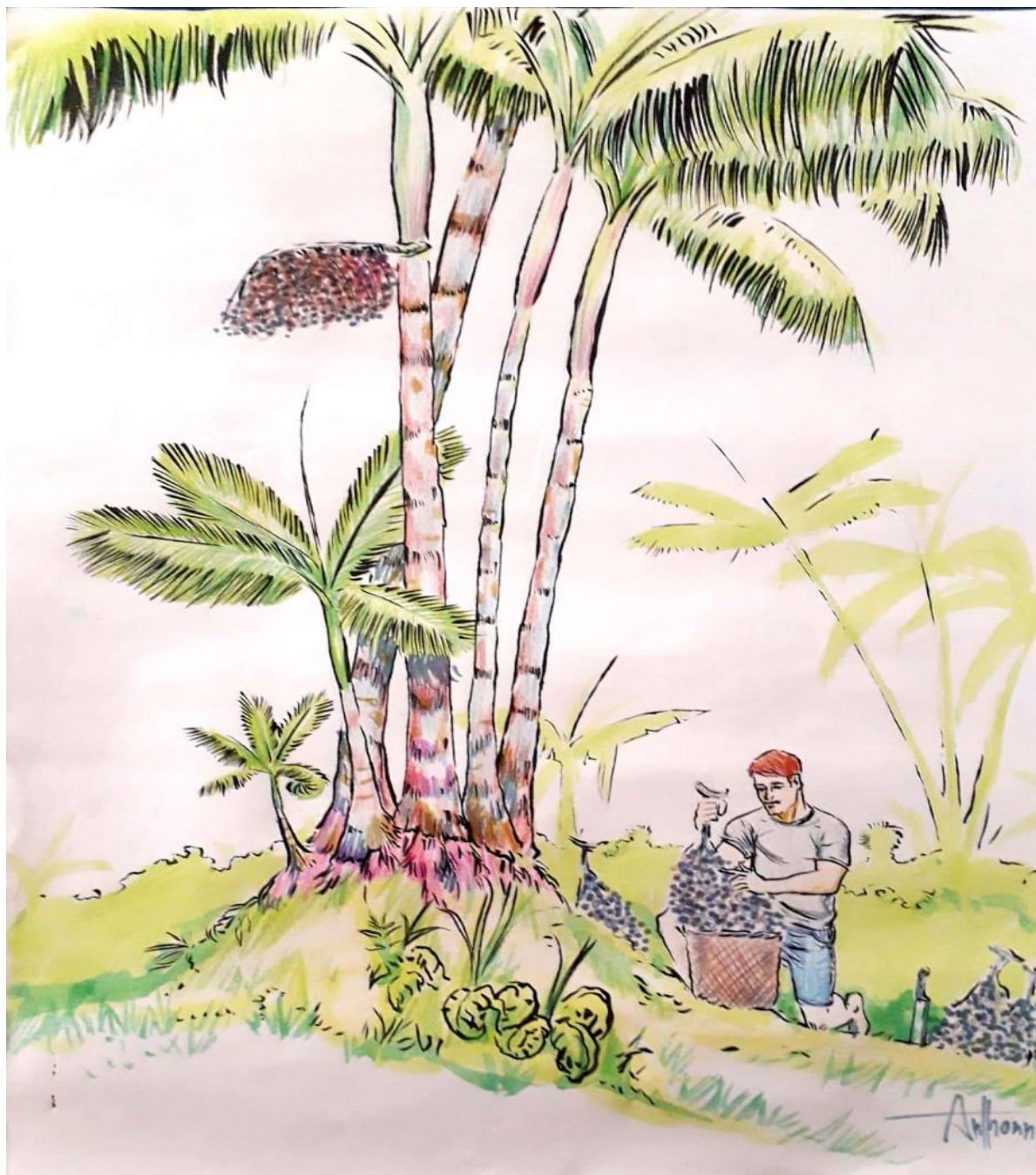
Para selecionar as touceiras dos açazeiros que serão cultivados, Queiroz e Mochiutti (2012) enfatizam mais uma vez a importância da seleção das árvores e palmeiras ou inventário florestal, pois é a partir da seleção feita nos blocos que serão escolhidas as melhores touceiras.

Esta escolha das touceiras é também o que Reis et al (s/d) denominam de trato cultural, que é a realização da retirada dos estipes velhos, altos e improdutivo. Para Queiroz e Mochiutti (2012), açazeiros muito altos e finos apresentam baixa produção de frutos, dificultam a colheita e ainda podem causar acidentes. Nesta seleção são deixadas as 40 melhores touceiras, sendo que nestas touceiras é necessário que fique os 5 melhores açazeiros adultos, os 4 melhores açazeiros jovens e os 3 melhores perfilhos e caso a área manejada apresentar touceiras e estipes em número menor que o indicado, recomenda-se fazer o plantio de mudas ou de sementes.

Para manter o açazal limpo, deve-se realizar roçagem periódicas das touceiras, controlando os números de estipes produtivas em cada touceiras e deixando números de rebrotações suficientes para substituir as estipes que alcançarem a idade de corte.

Reis et al (s/d) afirmam que as práticas de manejo do açáí nas áreas de várzeas são sustentáveis e necessárias para aumentar a produtividade, e proporcionar melhoria de vida. Queiroz e Mochiutti (2012), dizem que se aplicada estas técnicas de manejo, terá como resultados o aumento e qualidade do fruto do açáí, os períodos de safra mais longos e conseqüentemente os períodos de entressafra menores. Espera-se que o período de safra passe de cinco meses a sete ou oito meses, no ano seguinte da realização do manejo. Com isso os cachos do açáí, ficaram maiores, com frutos de polpa abundante, sendo de ótima e alta qualidade, como mostra a imagem a seguir.

Figura 06 - Colheita do açaí em área manejada



Fonte: Antônio Sidney (2018)

Depois do segundo ano do manejo, o produtor sentirá a diferença na qualidade e quantidade de sua produção e isso resultará no aumento da renda do público beneficiado pelo projeto e também na geração de emprego para a comunidade, pois quanto mais produção mais mão de obra será necessária.

6. JUSTIFICATIVA

A região amazônica é rica em biodiversidade, onde vivem milhares de pessoas espalhadas ao longo dos mais diversos rios, dando formação a cidades, distritos e vilas. Os povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais (extrativistas, pescadores, ribeirinhos, agricultores, dentre outras), estão organizados em aldeias, quilombos e comunidades tradicionais e sobrevivem dos recursos naturais advindos da floresta e das águas, de forma harmoniosa com a natureza. Fazendo um recorte especial para as populações que se denominam extrativistas, Matos (2015) enfatiza que:

A existência das populações extrativistas no interior da floresta assegura a manutenção da biodiversidade, a proteção dos recursos hídricos numa região estratégica para distribuição de água doce e redução de calor do planeta, imprescindível elo do sistema hídrico mantido pela cobertura florestal dos nossos territórios.

Se aliarmos as vivências de todos os povos e comunidades existentes na região amazônica ao uso e manutenção dos recursos naturais, sabemos que estas populações são essenciais para a proteção e garantia futura desses recursos serão garantidos para as próximas gerações.

No estado do Pará, as comunidades tradicionais espalhadas pelos mais diversos municípios, cultivam suas terras de maneira harmoniosa com o meio ambiente. O cultivo e o manejo de açazais nativos têm destaque para esses povos, o fruto, como também o palmito dessa palmeira, são os principais responsáveis pela economia dessas comunidades. Um número elevado de famílias depende diretamente desse fruto para sua sobrevivência, como é o caso da comunidade extrativista Sagrado Coração de Jesus.

Os municípios que compõem o arquipélago do Marajó apresentam sérios problemas sociais causados pela ausência de políticas públicas que valorizem a realidade de seu povo, em especial a dos mais pobres. A falta de um projeto que vise a segurança alimentar e a economia do arquipélago faz com que estes municípios apareçam no cenário estadual com a menor renda (IBGE 2010), como o caso do município de Muaná, que apresenta o IDH de 0,563. Estas situações de baixa renda podem levar às situações de fome. Sendo assim, faz-se necessária investir em projetos voltados à realidade das famílias marajoaras, oferecendo a elas insumos e equipamentos que auxiliem na agricultura, na pesca e no extrativismo, de forma sustentável. Uma vez que investir nas comunidades tradicionais e nos potenciais de suas propriedades é fonte crucial para desenvolver a soberania alimentar.

Por falta de intensificação das técnicas de manejo, só há produção de açaí em período de safra, e sabendo que já existem estudos sobre novas técnicas, que uma vez implantadas através do manejo, há possibilidade de estender o período da safra. Neste sentido, se faz necessário a implementação dessas técnicas para o melhoramento da produção e aumento do período de safra.

A falta de assistência técnica está presente em quase toda área rural do município. Embora alguns comunitários já tenham participado de oficinas de manejo de açazais nativos, não põem em prática. Algumas vezes, por estas técnicas serem novas e também, em alguns casos, ainda haver a necessidade de equipamentos necessários para a execução desta atividade e em casos raros, a falta de organização e união coletiva se torna obstáculo para se desenvolver este trabalho. Contrariando o capitalismo, o recurso financeiro não implica no desenvolvimento das atividades planejadas para a execução deste projeto, pois as famílias se unem/uniram em mutirão para a execução das etapas das atividades do manejo. E se a comunidade sentir necessidade de equipamento de proteção individual (EPI), como capacetes, luvas, botas, facão, entre outros, que são necessários para evitar possíveis acidentes, a ASPEAGRAM se compromete em fornecê-los.

A atividade de extração do açaí figura como uma grande oportunidade econômica na comunidade, a produção colhida diariamente tem destino certo, a comunidade escoar sua produção para o município de Abaetetuba – Pará e para a capital do estado, Belém. Entretanto esta economia fica restrita ao período de safra, que vai de meados do mês de agosto a meados do mês de dezembro. Para melhorar esta fonte de renda, é necessário aplicar outras técnicas de manejo que vá resultar no melhoramento e qualidade da produção de açazais nativos e também diminuirá o risco na atividade, como acidentes e facilitará a colheita.

Diante do exposto, o desenvolvimento do projeto “Manejo Florestal de Açazais Nativos: economia e autonomia na comunidade extrativista Sagrado Coração de Jesus - Muaná - ilha do Marajó – Pará” é importante, pois visa justamente a aquisição de insumo que irá somar com o trabalho dos comunitários, oferecer acompanhamento técnico que possa dar suporte às atividades das famílias e a aplicação de novas técnicas de manejo dos açazais nativos, trazendo maiores benefícios para a população local, tudo isso serão pontos positivos para o público beneficiário do projeto, pois a renda adquirida com a comercialização do fruto do açaí, fica restrita aos meses de safra, que varia entre quatro a cinco meses. Após esse período as famílias que dependem em sua maioria da renda do açaí ficam em situação de vulnerabilidade, muitos dependendo de programas sociais do governo.

7 OBJETIVOS

7.1 OBJETIVOS GERAIS

Construir o diálogo entre saberes, tradicional e científico, sobre o manejo de açazais nativos visando contribuir para a estabilidade econômica, aprimoramento da produção e comercialização do produto na Comunidade Sagrado Coração de Jesus, PAE Ilha Tangarazinho, Muaná.

7.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1- Discutir sobre novas técnicas de manejo de açazais nativos com a comunidade através de roda de conversa e oficinas;
- 2- Organizar as famílias para o planejamento de distribuição funções entre os participantes do projeto;
- 3- Realizar o manejo de açazais nativos em 1 hectare de cada propriedade das famílias participantes do projeto;
- 4- Firmar parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento do município de Muaná (SEMAGRI) para dar suporte às atividades realizadas em campo, através do técnico de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), estabelecendo diálogo entre saber tradicional e científico;
- 5- Estabelecer parceria com a ASPEAGRAM para dar suporte às atividades de campo, através do fornecimento dos materiais necessário para manejar as áreas dos participantes do projeto.

8 METAS

- Identificar e realizar o cadastro das famílias que irão participar do projeto;
- Construir o calendário das atividades do projeto por semestre juntamente com a comunidade;
- Realizar o treinamento de vinte famílias em novas técnicas de manejo dos açazais nativos com a realização de oficinas;
- Realizar o manejo de vinte açazais nativos, aplicando as novas técnicas apresentadas na oficina, em cada posse dos participantes do projeto;

- Fazer avaliação semestral do projeto com a comunidade e parceiros para analisar os pontos positivos e negativos do andamento do projeto, considerando os saberes locais;
- Promover evento de encerramento do projeto.

9 METODOLOGIA

Este projeto segue os conceitos de etnodesenvolvimento, com isto, os participantes tiveram e terão autonomia no planejamento e realização de todas as etapas da realização das atividades propostas. Para se realizar todas as metas e alcançar os objetivos, o projeto será realizado no prazo de 1 (um) ano. Para melhor ilustrar as etapas do projeto, abaixo segue o esquema com as atividades a serem realizadas.

Figura 06 - Organograma das atividades do manejo de açaiçais nativos



Fonte: Própria autora

Com o tema do projeto definido, foi necessário quantificar e identificar as famílias participantes do projeto, ao todo serão vinte famílias contempladas. A identificação das famílias será realizada em uma reunião, durante um domingo, após a celebração do culto dominical realizado na comunidade. A reunião terá duração de 2 (duas) horas e será realizada

no barracão da igreja local. Neste momento as famílias receberão uma ficha, para ser preenchida com número de pessoas no núcleo familiar e nomes.

O manejo de açazais nativos tem como proposta implementar novas técnicas para a melhoria da qualidade e produção do fruto do açai, com isso, a comunidade sentiu a necessidade de ouvir do técnico de ATER quais os benefícios que estas técnicas irão trazer para o açazal. Então, a rodada de conversa sobre ATER será feita pelo técnico que acompanhará projeto. Esta discussão será importante, pois além de sanar as dúvidas quanto as novas técnicas de manejo, também será exposto o papel do técnico no projeto para o bom desenvolvimento do trabalho.

Com as famílias já identificadas, será feita 1 (uma) reunião para distribuir funções para cada participante e/ou núcleo familiar do projeto. Neste momento serão tirados 2 (dois) participantes do projeto para serem os articuladores entre público beneficiado e os parceiros. Com isso será mantido diálogo constante entre todos os envolvidos.

A elaboração do calendário de visitas é essencial, pois é nele que estarão discriminadas todas as atividades que serão realizadas, com dias, locais e horários. Porém, respeitando a dinâmica e as outras atividades locais, assim como sua religiosidade. Serão elaborados dois calendários, 1 (um) no início do projeto e o outro quando o projeto alcançar os seus primeiros 6 (seis) meses de execução. Os calendários serão elaborados entre os participantes do projeto e seus parceiros, por meio de reunião, definirão as melhores datas e horários para a execução das atividades. Após os seis primeiros meses, se realizará novamente outra reunião para a elaboração e/ou ajustes para a realização das próximas atividades. Esta reunião terá duração de 2 (duas) horas e será realizada no barracão da igreja da comunidade ou na casa de um dos participantes do projeto. Lembrando que o calendário sofrerá ajustes sempre que necessário, como horários, datas e local das reuniões.

A realização do treinamento das famílias em novas técnicas de manejo dos açazais nativos, se dará por meio da realização de 1 (uma) oficina, com carga horária de 8 (oito) horas e será realizada pelo técnico de ATER, com o intuito de instrumentalizar as famílias nas novas técnicas de manejo de açazais nativos que serão inseridas nas áreas de cada família. As horas serão divididas em duas partes, as 4 (quatro) primeiras horas serão realizadas no período da manhã, com pausa de quinze minutos para o lanche e com intervalo de 2 (duas) horas para o almoço; as 4 (quatro) últimas horas serão realizadas no período da tarde, com pausa de quinze minutos para um lanche. Durante esta oficina o lanche e o almoço serão feito em forma de partilha entre os envolvidos.

Com os participantes instrumentalizados nas novas técnicas de manejo de açazais nativos, será iniciado o manejo na prática. A realização do manejo será feita em forma de mutirão, pois algumas famílias dispõem de pouca mão de obra para a realização do manejo. Este modo de trabalho fortalece os laços afetivos e organiza os envolvidos em coletividade e não tem custos financeiros. As 20 famílias se dividirão conforme suas necessidades, a quantidade de pessoas em cada grupo de mutirão será de acordo com o número de famílias. Com os grupos de mutirão organizados, o manejo de açazais será iniciado na prática. Os dias e horários para a realização do manejo dos açazais será de acordo com o calendário das atividades. Durante a realização do manejo na prática o técnico de ATER acompanhará as atividades e estará disponível para esclarecer possíveis dúvidas que surgirão enquanto a introdução das novas técnicas de manejo. A ASPEAGARM estará acompanhando as atividades também, porém, mais no intuito de fornecer os Equipamentos de Proteção Individual (EPI). A alimentação para os dias de trabalhos serão compartilhados entre os participantes.

Enquanto as avaliações, serão feitas duas, uma a cada seis meses, nestas avaliações os comunitários farão suas colocações no que diz respeito a introdução das novas técnicas de manejo, se as técnicas estiverem surtindo efeitos irá continuar a sua implementação, caso contrário, será preciso investigar a área manejada e rever os métodos aplicados. Estas reuniões serão feitas conforme o calendário de atividades e terá duração necessária para todos dialogarem.

O evento de encerramento será feito no décimo segundo mês do projeto, este evento contará com a presença de todas as famílias envolvidas, os parceiros e a comunidade como toda será convidada. O evento começará pela manhã, com um café, em seguida será feita a exibição da memória do projeto ao longo do ano todo, através de registro fotográfico e vídeos, também estará disponíveis os relatórios das reuniões. Haverá espaço para os participantes se expressarem, cada um ao seu modo. O evento se encerrar ao meio dia com um almoço compartilhado.

Eu, enquanto parte do projeto, serei a ponte entre a comunidade e os parceiros, para estabelecimento de diálogos, porém essas responsabilidades não caberão somente a mim, dentre as famílias haverá pessoas que ficarão responsáveis de dialogar diretamente com a comunidade para possível ajuste de data para a realização dos objetivos e metas do projeto.

Em síntese, a comunidade estará reunida em coletivo para diálogo sempre que possíveis imprevistos surgirem, como por exemplo, mudança de data de alguma das atividades. Deste grupo, um dos participantes ficará incumbido de passar a informação sobre o que foi decidido,

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para mim, a busca pelo conhecimento das mais diversas formas é essencial, pois me tira da zona de conforto e me desafia a procurar novos rumos, me faz crescer e ter um novo olhar sobre detalhes e acontecimentos ao meu redor, detalhes este que muitas vezes passam despercebidos. Quando falo em acontecimentos, poderia citar inúmeros decorrentes do dia a dia, mais aqui, para exemplificar vou me limitar principalmente a dispositivos legais que me respaldam como pertencente a comunidade tradicional. Dispositivos estes que dispõe sobre o acesso a educação diferenciada, o direito a Consulta Prévia, Livre e Informada (CLPI) e todos os direitos garantidos na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Em posse destes conhecimentos posso juntamente com meu grupo de pertença reivindicar direitos que centenariamente são negados, ser protagonista nas tomadas de decisões, ser resistência.

Com isso quero dizer que ao concluir este trabalho, é possível perceber o mundo e principalmente minha comunidade de pertença por uma nova visão. Deixando de ser passivo nas tomadas de decisões, principalmente no que se referem às políticas públicas, programas e projetos governamentais que são elaborados nos moldes capitalistas, desenvolvimentistas e muitas vezes etnocidas. É o melhor de tudo é pode ser ponte e somar minha voz com as dezenas de vozes da minha comunidade de pertença e dizer nós existimos, somos visíveis, temos autonomia e com isso podemos desenvolver nossa comunidade a partir de união e esforço coletivo.

13 REFERÊNCIAS

- ARAVENA, F. R. Declaracion de San Jose sobre etnodesarrollo y etnocio en America Latina. In: **AMERICA LATINA: etnodesarrollo y etnocídio**. BONFIL, G; VARESE, M.I.S; TUMIRI, D.V.J. Ed. FLACSO (org.). San Jose da Costa Rica, 1981. p. 21 – 27.
- AZEVEDO, J. R. de. **Tipologia do sistema de manejo de açaizais nativos praticados pelos ribeirinhos em Belém, estado do Pará**. Belém – Pará. 2005. 113 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Centro Agropecuário, Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Belém, 2005. Curso de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/1683.
- BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2017. Institui a politica nacional de povos e comunidades tradicionais. Brasília – DF. 2007. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm. Acessado em: 20 de outubro de 2017
- CABRAL, Helen do S. B. **Política de segurança alimentar e nutricional face à fome e à desnutrição no arquipélago do Marajó: análise da realidade do CONSAD-Arari**. 2013. 94 páginas. Dissertação de mestrado em Serviço Social- Instituto de Ciências Sociais Aplicada. Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém.
- COSTA, A. M. M. **Quarto tempo comunidade**. Altamira: Universidade Federal do Pará. Faculdade de Etnodiversidade. Curso de Etnodesenvolvimento. 2017.
- FARIA, E. S. S. Etnodesenvolvimento & arqueologia: experiências de ensino, pesquisa e extensão com povos comunidades tradicionais da região da Transamazônica e do Xingu. In: OLIVEIRA. A. C; BELTRÃO. J. F. **ETNODESENVOLVIMENTO & Universidade: formação acadêmica para povos e comunidades tradicionais**. Editora Santa Cruz. Belém – Pará. 2015. p. 146.
- IBGE. IBGE Cidades. Panorama do município. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/muana/panorama>. Acessado em: 01 de dezembro de 2017.
- MATOS, Carla S., SANTOS; Rosenir M.; ROSARIO; Ligia P. C.; REIS, Adebaro A. **Manejo de açaizais nativos: Tecnologia Social para elevação da produtividade de açaí (Euterpe Oleracea Mart.) nas comunidades ribeirinhas do município de Igarapé-Miri, Pará**. S/D. Disponível em: eneds.net/ocs/index.php/edições/eneds2014/paper/view/471/417
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Portaria nº 106, de 31 de dezembro de 2008. Disponível em: <http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados>. Acessado em: 05 de dezembro de 2017.
- NOGUEIRA, O.L; CARVALHO, C.J.R. de; MULLER, C.H.; GALVÃO, E.U.P.; SILVA, H. M. e; RODRIGUES, J.E.L.F.; OLIVEIRA, M. do S.P. de; CARVALHO, J.E.U. de; ROCHA

NETO, O.G. da; NASCIMENTO, W.M.O. do; CALZAVARA, B.B.G. A cultura do açaí. Brasília, DF: Embrapa – SPI; Belém, PA: EMBRAPA-CPATU, 1995. 49 p. Coleção plantar, 26; Série vermelha. Fruteiras. Disponível em: <https://www.bdpa.cnptia.embrapa.br/consulta/busca>. Acessado em: 10 de setembro de 2017

PARENTE, F. A. Educação superior diferenciada e reelaboração da diferença entre indígenas da UFPA. In: OLIVEIRA, A. C; BELTRÃO, J. F. **ETNODESENVOLVIMENTO & Universidade**: formação acadêmica para povos e comunidades tradicionais. Editora Santa Cruz. Belém – Pará. 2015. Pag. 171-172

GRUPO EXECUTIVO DO ESTADO DO PARÁ. Casa Civil da Presidência da República. **Plano de desenvolvimento territorial sustentável do arquipélago do Marajó**. 2007. Disponível em: http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=9408a880-6ec0-4be0-9cb7-feb01c4a6256&groupId=24915. Acessado em: 17 de novembro de 2018.

QUEIROZ, J.A.L. de; MOCHIUTTI, S. **Manejo de Mínimo Impacto para Produção de Frutos em Açaizais Nativos no Estuário Amazônico**. Macapá: EMBRAPA. 2012.

VERDUM, R. Etnodesenvolvimento e mecanismo de fomento do desenvolvimento dos povos indígenas e contribuições ao Subprograma Demonstrativo (PDA). In: LIMA, A. S; BARROSO-HOFFMAN, M. (org.). **Etnodesenvolvimento e políticas públicas**: bases para uma nova política indigenista. Rio de Janeiro: Contra Capa/LACED, 2002, P. 87-106.

VERGARA, S.C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2000.